

DISPENSAS CONCEDIDAS PELA CVM AO FUNDO EM RELAÇÃO AOS DISPOSITIVOS DA INSTRUÇÃO CVM 359

A CVM, em reunião de seu Colegiado realizada em 9 de julho de 2008, decidiu comunicar ao mercado que avaliaria, caso a caso, a possibilidade de conceder dispensa de requisitos da Instrução CVM 359/02, para fins de constituição, registro, emissão, distribuição e negociação de cotas de fundos de índice de mercado no Brasil. Em conformidade com o referido comunicado e visando otimizar a estrutura do Fundo, a Gestora solicitou à CVM a dispensa de determinados requisitos definidos pela Instrução CVM 359/02, as quais foram concedidas pela CVM conforme a ata de reunião do Colegiado da CVM nº 38, de 30 de setembro de 2009, consoante os itens desta Seção.

I) ARTIGO 58 DA INSTRUÇÃO CVM 359/02

Nos termos do artigo 58 da Instrução CVM 359/02, Fundos de Índice devem manter, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seus patrimônios investidos em valores mobiliários ou outros ativos de renda variável autorizados pela CVM, na proporção em que estes integram o índice de referência, ou em posições compradas no mercado futuro do índice de referência.

A CVM aprovou o investimento, pelo Fundo, em Ações do Índice em proporções distintas da proporção do Índice, observada a política de investimento do Fundo descrita na Seção “O Fundo – Política de Investimento”.

II) ARTIGO 59 DA INSTRUÇÃO CVM 359/02

Consoante o disposto no artigo 59 da Instrução CVM 359/02, a parcela remanescente do patrimônio dos Fundos de Índice, equivalente a, no máximo, 5% (cinco por cento) de tais patrimônios, deve ser investida nas modalidades de ativos financeiros contempladas no rol constante do referido artigo 59.

De forma a viabilizar estratégias de otimização da carteira, a CVM aprovou a expansão do rol de ativos financeiros aptos a integrar a Carteira do Fundo estabelecido no artigo 59 da Instrução CVM 359/02, de forma a também incluir ações que não integrem o Índice, bem como cotas de emissão de outros Fundos de Índice.

A flexibilização de tal requisito justifica-se pelo fato de que o investimento em ativos não compreendidos no Índice com maior liquidez e com elevada correlação com os ativos que integrem o Índice pode diminuir os custos de transação do Fundo e facilitar o acompanhamento do desempenho do Índice, resultando em maior eficiência ao Fundo.

III) ARTIGO 18 DA INSTRUÇÃO CVM 359/02

Objetivando a otimização descrita no item (II) acima, tornou-se ainda necessário permitir que a integralização e o resgate de Cotas do Fundo por Agentes Autorizados possam ser realizados, conforme o caso, mediante a entrega ou o recebimento de Cestas em proporção distinta da proporção constante do Índice.

Dessa forma, a CVM deferiu o pedido de dispensa do requisito constante do *caput* do artigo 18 da Instrução CVM 359/02, possibilitando à Administradora receber/entregar valores mobiliários nas Cestas em proporção distinta da proporção do Índice.

Ademais, foi concedida pela CVM a flexibilização do disposto no parágrafo nono do artigo 18 da Instrução CVM 359/02, de modo a aumentar o limite de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do montante envolvido na operação de integralização ou resgate de Cotas passível de ser realizado em moeda corrente nacional (que possa ser acrescido aos valores mobiliários integrantes da respectiva Cesta entregues ou aceitos pela Administradora), para 5% (cinco por cento) do valor total da respectiva operação de integralização ou resgate, conforme aplicável. Possibilitou-se ainda que, além de moeda corrente nacional, tal parcela de até 5% (cinco por cento) do valor total da integralização ou resgate possa ser recebida pelo Fundo ou entregue ao investidor, conforme aplicável, em Investimentos Permitidos.

As dispensas de requisitos descritas neste item tiveram por objetivo viabilizar o cumprimento de Ordens de Integralização e Ordens de Resgate do Fundo, conferindo maior eficiência à gestão da Carteira do Fundo e facilitando a integralização e o resgate de Cotas.

Em situações excepcionais de baixa liquidez de uma ou mais Ações do Índice, foi conferida pela CVM autorização para que a Gestora, a seu exclusivo critério, possa substituir tais Ações do Índice por Valores em Dinheiro.

IV) ARTIGO 35 DA INSTRUÇÃO CVM 359/02

A CVM aprovou a seguinte redação para os artigos do Regulamento que se referem às disposições do artigo 35 da Instrução CVM 359/02, os quais são transcritos abaixo:

“Artigo 43. *A assembléia geral de Cotistas também deverá ser convocada pela Administradora e às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias, sempre que:*

- (i) *o erro de aderência, calculado como o desvio padrão populacional das diferenças entre a variação percentual diária do valor patrimonial das Cotas e a variação percentual diária do valor de fechamento do Índice nos últimos 60 (sessenta) pregões seja superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal erro de aderência não seja reenquadrado ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15º (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação do respectivo erro de aderência;*
- (ii) *a diferença entre a rentabilidade acumulada do Fundo e a rentabilidade acumulada do Índice nos últimos 60 (sessenta) pregões seja superior a 2 (dois) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não seja reenquadrada ao limite de 2 (dois) pontos percentuais até o 15º (décimo quinto) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade; ou*
- (iii) *a diferença entre a rentabilidade acumulada do Fundo e a rentabilidade acumulada do Índice em um período de 12 (doze) meses for superior a 4 (quatro) pontos percentuais, desde que tal diferença de rentabilidade não seja reenquadrada ao limite de 4 (quatro) pontos percentuais até o 30º (trigésimo) dia útil consecutivo subsequente à data de verificação da respectiva diferença de rentabilidade.*

Parágrafo Primeiro. *A ocorrência de qualquer dos eventos referidos no presente Artigo 43 deverá ser divulgada imediatamente na página do Fundo na rede mundial de computadores.*

Parágrafo Segundo. *A ordem do dia da assembléia geral de Cotistas convocada em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos no presente Artigo 43 deverá compreender os seguintes itens:*

- (i) *explicações, por parte da Administradora, em conjunto com a Gestora, das razões que, no seu entendimento, motivaram o erro de aderência ou a diferença de rentabilidade. Tais explicações deverão ser divulgadas também na página do Fundo na rede mundial de computadores com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização da assembléia geral de Cotistas convocada nos termos deste Artigo 43, e permanecerão disponíveis na referida página durante um período de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de sua realização; e*

- (ii) *deliberação acerca da possibilidade de liquidação do Fundo ou sobre a substituição da Administradora, matéria sobre a qual não poderão votar Coligadas da Administradora.*

Parágrafo Terceiro. *Não obstante o disposto no caput do presente Artigo 43, e nos termos do Artigo 35, Parágrafo Terceiro, da Instrução CVM 359/02, as assembleias gerais de Cotistas convocadas em razão da ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste Artigo 43 deverão ter intervalo mínimo de (i) 90 (noventa) dias caso a assembleia geral de Cotistas tenha decidido pela substituição da Administradora, nos termos do Artigo 12, item (ii) do Regulamento, ou (ii) 30 (trinta) dias, caso a assembleia geral de Cotistas tenha decidido pela manutenção da Administradora.”*